

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

OSMAIR RIBEIRO

ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ESTADUAIS EM UM
SISTEMA FISCAL INTEGRADO AO ERP

CURITIBA

2015

OSMAIR RIBEIRO

ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS ESTADUAIS EM UM
SISTEMA FISCAL INTEGRADO AO ERP

Monografia apresentada ao Departamento de Contabilidade, do Setor de Ciências Sociais Aplicadas da UFPR, como requisito para a obtenção do título de Especialista no Curso de Pós-Graduação em Maio de 2015.

Orientador: Prof. MSc Luiz Carlos de Souza

CURITIBA

2015

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFOP - código fiscal de operação e prestação

Cotepe - Comissão Técnica Permanente do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

CPD - Central de Processamento de Dados

DANFE - Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

DIME - Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico

ECD - Escrituração Contábil Digital

EFD - Escrituração Fiscal Digital

ERP - Enterprise Resource Planning

GED - Gerenciamento Eletrônico de Documentos

ICMS - Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicações

NF-e - Nota Fiscal Eletrônica

PVC - Policloreto de polivinila

RFB - Receita federal do Brasil

SEF - Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina

SEFAZ-SC - Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina

SPED - sistema público de escrituração digital

TI - Tecnologia da Informação

XML - Extensible Markup Language, que significa em português Linguagem Extensível de Marcação Genérica.

RESUMO

RIBEIRO, Osmair. Entrega das Obrigações Acessórias Estaduais em um Sistema Fiscal Integrado ao ERP. Esta monografia apresentara a contribuição de um sistema fiscal integrado na entrega das obrigações acessórias estaduais do estado de Santa Catarina, mais precisamente com relação à incidência de retificações destas obrigações acessórias, causadas por inconsistência de dados, com a redução do tempo gasto na entrega dessas obrigações e uma possível redução de custos com recursos necessários para garantir a entrega destas com qualidade. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa com o intuito de possibilitar uma análise crítica dos dados para a resposta do problema de pesquisa. O procedimento utilizado foi um estudo de caso em três empresas de grande porte que recentemente implantaram um sistema fiscal integrado ao ERP e a coleta de informações ocorreu através de um roteiro de entrevista não estruturada com usuários do sistema fiscal implantado. As entrevistas efetuadas nas empresas foram modeladas através de questões abertas, visando perceber e compreender a perspectiva e o ponto de vista do entrevistado, as respostas foram transcritas no decorrer da entrevista e analisadas logo após o término destas, a fim de evitar o esquecimento de detalhes e garantir assim maior confiabilidade nas informações. A pesquisa considerou eventos ocorridos entre os anos de 2012 e 2014, representando a fase anterior e a posterior à implementação do sistema fiscal integrado. O resultado das entrevistas apresentou uma redução do numero de problemas com incoerência de dados e conseqüentemente da quantidade de retificações efetuadas nas obrigações acessórias estaduais de Santa Catarina. Também foi apontada uma significativa redução no tempo gasto com a elaboração e entrega dessas obrigações. Porém apesar da redução dos problemas e do tempo gasto para essas entregas, todos os entrevistados não sabiam responder com precisão sobre a ocorrência de uma redução de custos para a entrega das obrigações no novo sistema. De uma forma geral foi possível verificar através do resultado das entrevistas que realmente a utilização de um sistema fiscal integrado ao ERP contribui de forma satisfatória para garantir a qualidade na entrega das obrigações acessórias Estaduais de Santa Catarina.

Palavras chave: sistema fiscal, integração, sistemas de informação.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
1.1	PROBLEMA DE PESQUISA	7
1.2	JUSTIFICATIVA	8
1.3	OBJETIVOS	8
1.3.1	OBJETIVO GERAL.....	9
1.3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	9
1.4	DELIMITAÇÃO DA PESQUISA	9
2	REVISÃO DE LITERATURA	10
2.1	EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE DO USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10
2.1.1	EVOLUÇÃO DAS TRANSAÇÕES COMERCIAIS E DAS EMPRESAS	10
2.1.2	ENVOLVIMENTO DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	10
2.1.3	NECESSIDADE DE DOMÍNIO DE TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO.....	11
2.1.4	HABILIDADE COM TECNOLOGIA DO PROFISSIONAL CONTÁBIL NO APOIO ÀS ORGANIZAÇÕES	12
2.2	EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA	13
2.2.1	OTIMIZAÇÃO DOS COMPUTADORES	13
2.2.2	CONCEITOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	14
2.2.3	TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO COMO FATOR DE COMPETITIVIDADE	14
2.2.4	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	15
2.3	EVOLUÇÃO CULTURAL DAS EMPRESAS.....	16

2.3.1	VISÃO EMPRESARIAL DEFASADA DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	17
2.3.2	BENEFÍCIOS VERIFICADOS NO PROCESSAMENTO DAS INFORMAÇÕES	17
2.4	EVOLUÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DE DADOS EM CONHECIMENTO	18
2.4.1	INFORMAÇÃO X CONHECIMENTO	18
2.4.2	WORKFLOW	19
2.4.3	GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS – (GED) ..	19
2.4.4	SISTEMAS ERP - (ENTERPRISE RESOURCE PLANNING).....	20
2.4.5	BENEFÍCIOS E PRECAUÇÕES NA IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS ERP.....	20
2.4.6	TECNOLOGIA PARA INTEGRAÇÃO COM PARCEIROS DE NEGÓCIO	21
2.5	EVOLUÇÃO DO ESTADO	22
2.5.1	AJUSTE NA LEGISLAÇÃO PARA A UNIFICAÇÃO DE INFORMAÇÕES	22
2.5.2	CERTIFICAÇÃO DIGITAL	23
2.5.3	NOTA FISCAL ELETRÔNICA - (NF-E)	24
2.5.4	ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL – (EFD).....	25
2.5.5	DECLARAÇÃO DE INFORMAÇÕES DO ICMS E MOVIMENTO ECONÔMICO – DIME.....	26
3	METODOLOGIA	27
3.1	CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA.....	27
3.2	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
4	RESULTADOS DA ENTREVISTA.....	29
4.1	CONTEXTO DO SISTEMA ERP NAS EMPRESAS ENTREVISTADAS.....	29

4.2	O SISTEMA FISCAL	29
4.3	EMPRESA 1	30
4.3.1	PRINCIPAIS PROBLEMAS E CAUSA DE RETIFICAÇÕES	30
4.3.2	TEMPO GASTO NA ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES	31
4.3.3	DEMANDA DE RECURSOS PARA A ENTREGA DESSAS OBRIGAÇÕES.....	31
4.4	EMPRESA 2	32
4.4.1	PRINCIPAIS PROBLEMAS E CAUSA DE RETIFICAÇÕES	32
4.4.2	TEMPO GASTO NA ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES	33
4.4.3	DEMANDA DE RECURSOS PARA A ENTREGA DESSAS OBRIGAÇÕES.....	33
4.5	EMPRESA 3	34
4.5.1	PRINCIPAIS PROBLEMAS E CAUSA DE RETIFICAÇÕES	35
4.5.2	TEMPO GASTO NA ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES	36
4.5.3	DEMANDA DE RECURSOS PARA A ENTREGA DESSAS OBRIGAÇÕES.....	36
5	CONCLUSÕES	38
5.1	PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA FISCAL INTEGRADO	38
5.1.1	PRINCIPAIS PROBLEMAS E CAUSA DE RETIFICAÇÕES	38
5.1.2	TEMPO GASTO NA ENTREGA DAS OBRIGAÇÕES	39
5.1.3	DEMANDA DE RECURSOS PARA A ENTREGA DESSAS OBRIGAÇÕES.....	39
5.2	DIFICULDADES E SUGESTÕES DE COMPLEMENTO DA PESQUISA	39
5.2.1	DIFICULDADES NA REALIZAÇÃO DA PESQUISA	40
5.2.2	SUGESTÕES PARA COMPLEMENTO DA PESQUISA	40

6	REFERENCIAS.....	41
7	APÊNDICE.....	43

1 INTRODUÇÃO

As mudanças na sociedade da informação fazem com que as organizações também se modifiquem e implementem um planejamento de suas informações, conhecimentos e da sua tecnologia da informação (REZENDE, 2008).

Os fabricantes de softwares estão desenvolvendo seus programas de forma a integrar os subsistemas de informação em um único aplicativo, o sistema SAP R/3 pode ser considerado um exemplo de aplicativo que integra todos os setores da empresa (MOSCOVE, SIMKIN e BAGRANOFF, 2002).

Para Cruz (2003, p.27) “qualquer Tecnologia da Informação deve dar ao usuário o controle efetivo da informação, além de simplificar a operacionalidade de sua atividade; caso contrário, todos perdem.”

As empresas implementam um sistema ERP procurando o aumento no desempenho de suas atividades sistêmicas em um curto espaço de tempo e que o novo software cubra todos os aspectos do negócio, porém esta é uma visão distorcida do ERP (POLLONI, 2000).

Com relação ao tratamento de informações, o Estado Brasileiro não ficou para trás e vem a cada dia desenvolvendo novas formas de fiscalizar os contribuintes, utilizando para isso toda a tecnologia disponível. Como exemplo, podemos citar a Escrituração Fiscal Digital (EFD), que possibilita ao Fisco a recepção de informações mais detalhadas das operações dos contribuintes e também proporciona a substituição da obrigação de escriturar os livros fiscais em papel (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Com o aumento da fiscalização eletrônica nas obrigações acessórias, verificou-se uma maior necessidade de integração entre o sistema fiscal que trata da entrega das obrigações e o sistema ERP que serve como origem dos dados.

Os benefícios da integração do sistema fiscal com o sistema ERP serão verificados através de um estudo de caso em empresas que recentemente implementaram um sistema fiscal integrado ao ERP.

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

Atualmente as secretarias de Fazenda estão mais exigentes com relação ao cumprimento dos prazos de entrega das obrigações acessórias, exemplo disso são as multas aplicadas aos contribuintes que entregarem uma obrigação em atraso.

Não obstante a exigência da entrega no prazo existe também muita cobrança com relação à qualidade dos dados apresentados, salientando inclusive a aplicação de multa para entrega de arquivos com dados incoerentes ou que necessitem de posteriores retificações.

Com estes argumentos verifica-se a necessidade de pesquisar como um sistema fiscal integrado ao ERP pode contribuir na qualidade da entrega das obrigações acessórias estaduais do estado de Santa Catarina?

1.2 JUSTIFICATIVA

Com a modernização dos sistemas de controle dos estados, como exemplo o projeto SPED - sistema público de escrituração digital, as informações prestadas nas obrigações acessórias estaduais devem ser cada vez mais concisas, visto que a possibilidade de cruzamento das informações pelas Secretarias de Fazenda Estaduais já pode ser considerada uma realidade.

Com a possibilidade de cruzamento de dados também entre as esferas estadual e federal, torna-se evidente a necessidade da coerência dos dados apresentados nas obrigações acessórias estaduais.

A maior integração do sistema Fiscal com o ERP tem se mostrado um caminho viável para garantir coerência e qualidade nos dados apresentados nessas obrigações, visto que a origem da informação sempre será a mesma independente da obrigação acessória gerada.

1.3 OBJETIVOS

1.3.1 Objetivo Geral

Apresentar a contribuição de um sistema fiscal integrado na entrega das obrigações acessórias estaduais do estado de Santa Catarina.

1.3.2 Objetivos Específicos

Verificar mudanças na incidência de retificações destas obrigações acessórias, causadas por inconsistência de dados.

Analisar a redução do tempo gasto na entrega das obrigações acessórias estaduais de Santa Catarina com a implantação de um sistema fiscal integrado ao ERP.

Aferir uma possível redução de custos com os recursos necessários para garantir a qualidade na entrega dessas obrigações acessórias.

1.4 DELIMITAÇÃO DA PESQUISA

O trabalho busca embasamento teórico na revisão de obras de autores com um foco voltado à aplicação da Tecnologia da Informação em processos empresariais, que comentem a evolução de processos empresariais, adaptação de profissionais envolvidos no tratamento de informações contábeis, aperfeiçoamento dos sistemas de informação ao longo do tempo e o aparelhamento dos setores de fiscalização do Estado.

O estudo de caso foi efetuado através de entrevista com funcionários de empresas que possuíam um sistema fiscal não integrado e efetuaram a implementação de um sistema fiscal totalmente integrado ao ERP.

As informações dos resultados obtidos com as entrevistas referem-se ao período de tempo compreendido entre o ano de 2011 e 2014.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 EVOLUÇÃO DA NECESSIDADE DO USO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

2.1.1 Evolução das transações comerciais e das Empresas

Atualmente as empresas estão cada vez mais se multiplicando e conseqüentemente efetuando o crescimento de suas riquezas, porém independente do ramo de atuação, para que a organização garanta sua competitividade e conseqüente perenidade ela deve contar com os recursos de Tecnologia de Informação aliada aos quesitos de planejamento e gestão (REZENDE; ABREU, 2003).

Sobre o dinamismo empresarial Pacheco (2005, p.101) comenta “as empresas precisam ser entendidas como algo dinâmico, em contínua interação com o meio em que estão situadas, ou seja, como algo sistêmico, mutável, adaptável..”.

As empresas precisam de envolvimento com os fatores ambientais internos e externos, entre os quais podemos citar a globalização mercadológica, os concorrentes, fornecedores, comunidade, governo, recursos humanos e tecnologias disponíveis, os quais têm influencia direta em seu desenvolvimento (REZENDE; ABREU, 2003).

O que pode ser destacado nas empresas atuais também é a crescente preocupação para com a qualidade e disponibilidade das informações, presentes e futuras, e também a necessidade da existência da preocupação com os usuários em geral (PACHECO, 2005).

2.1.2 Envolvimento do Profissional Contábil no tratamento da Informação

A importância do profissional contábil na geração do conhecimento é destacada por alguns autores conforme apresentado a seguir.

Rezende e Abreu (2003, p.59) salientam que “As informações oriundas dos dados são base para a geração do conhecimento personalizado das empresas e dependem do talento humano para sua criação.”

Ainda sobre a mudança da visão de necessidade e tipos de informação do profissional contábil Oliveira comenta sobre o surgimento de especializações conforme segue.

Em virtude das novas exigências do mercado, surgiram especializações que transformaram o perfil dos contadores. Antes eles ocupavam boa parte de seu tempo preenchendo e conferindo guias, elaborando folhas de pagamentos, balancetes e outros relatórios contábeis. Atualmente, eles analisam mais do que executam e dedicam mais tempo à leitura de informações relacionadas com suas atividades, principalmente as mudanças nas legislações tributárias, societárias, previdenciárias e trabalhistas. (OLIVEIRA, 2000, p.13).

A visão gerencial também proporciona ao contador maiores condições de ajuda à administração da empresa, na tomada de decisões importantes, pois ele pode ter rapidamente em suas mãos informações que antes demandavam maior necessidade de tempo (OLIVEIRA, 2000).

2.1.3 Necessidade de domínio de Tecnologias da Informação

Para tratar a informação de forma adequada e com isso obter sucesso na profissão contábil, na atual conjuntura, além da capacidade de interpretar corretamente a legislação, o profissional contábil precisa de uma visão gerencial e também de um mínimo de conhecimento em informática (OLIVEIRA, 2000).

O domínio das Tecnologias de Informação são requisitos cada vez mais imprescindíveis aos graduados nas áreas de Ciências Contábeis (CORNACHIONE JR, 2009).

Cruz (2003, p.22) destaca que “em 20 anos, a situação mudou radicalmente. O advento dos microcomputadores disseminou a informática a tal ponto que hoje é impossível viver sem estar em contato com Tecnologia da Informação.”

Este avanço também é comentado por Oliveira.

Há grande diferença entre a forma atual de se fazer a contabilidade de uma empresa e os métodos adotados à 15 ou 20 anos. Embora não tenham ocorrido mudanças nos conceitos fundamentais da contabilidade, houve um

avanço considerável na maneira de se gerar e apresentar informações contábeis. (OLIVEIRA, 2000, p.14).

Esta cobrança do domínio para com as tecnologias de informação vem pela grande barganha de informações que são tratadas pela ciência contábil, bem como pela importância destas informações para os usuários, explicitado nas palavras do autor conforme segue (CORNACHIONE JR, 2009).

Podemos que a Ciência Contábil se ocupa em estudar as consequências (ocorridas ou passíveis de ocorrência) em termos econômicos provocados por determinados fenômenos que impactam determinada entidade. Dessa forma, essa ciência trabalha diretamente com informações, ou seja, possui o dever de bem informar oportunamente os entes gestores de um empreendimento sobre eventos que impactam em termos econômicos sobre este referido empreendimento. (CORNACHIONE JR, 2009, p.19).

“A profissão de contador é considerada muito trabalhosa, por causa das complexidades criadas pelos governantes para controlar as operações das grandes empresas e cobrar os impostos decorrentes dos lucros de suas atividades.” (OLIVEIRA, 2000, p.12).

Para enfatizar o cenário de necessidade de conhecimento de informática na área contábil, Cornachione Jr (2009) comenta sobre a necessidade do profissional da área contábil-financeira dominar os conceitos e saber utilizá-los adequadamente no que diz respeito a dados, banco de dados, processos, processamento, alternativas de processamento, informações, consistência, fluxo, variáveis e oportunidades.

2.1.4 Habilidade com tecnologia do profissional contábil no apoio às organizações

É muito importante que o profissional da área contábil detenha conhecimento sobre as estruturas dos computadores (hardware e software) para poder comentar sobre a evolução ocorrida e procurar beneficiar-se das evoluções futuras no mercado brasileiro (CORNACHIONE JR, 2009).

Oliveira (2000, p.14) enfatiza que “essa visão crítica projeta o profissional de contabilidade para um plano funcional mais interativo, com reflexos altamente positivos para seu reconhecimento nas grandes empresas”.

Porém o sucesso deste profissional vai de encontro com a sua disponibilidade e vontade de desenvolver-se, como é destacado a seguir.

Cabe ao profissional da área financeira, inicialmente, tomar conhecimento sobre os recursos que lhe estão disponíveis, técnicas de comunicação com o computador etc., para que ele possa mensurar a real necessidade e até mesmo avaliar a diferença competitiva que será alcançada, caso consiga agregar ao corpo de conhecimentos que já possui também o conhecimento de como estabelecer uma comunicação direta (sem intermediários) com o computador e, assim, conseguir encontrar soluções mais próximas do ótimo possível para os problemas mais complexos com os quais esta envolvido. (CORNACHIONE JR, 2009, p.66).

A intimidade com as tecnologias de informação deve fazer parte tanto dos valores da empresa como da filosofia de trabalho dos profissionais que nela atuam, a fim de representar uma vantagem competitiva para a organização (CORNACHIONE JR, 2009).

2.2 EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA

2.2.1 Otimização dos Computadores

Com a evolução tecnológica dos componentes do computador, foi alcançada uma maior escala de produção, proporcionando assim melhores equipamentos a preços mais satisfatórios. Esse preço envolvia não apenas a questão do valor do equipamento, mas também gastos com grandes instalações, condicionamento de ar, entre outros (CORNACHIONE JR, 2009).

A evolução tecnológica dos computadores também desencadeou o desenvolvimento de novos softwares para possibilitar a operacionalização desses novos recursos (CORNACHIONE JR, 2009).

É inegável a evolução verificada nesses últimos 20 anos na área de microcomputadores, não só no que diz respeito ao hardware, como também com relação ao software. É simples compreendermos o porquê desta evolução conjunta: aumentando o potencial oferecido pelo hardware, deve-se aumentar a capacidade de operacionalizar este potencial (software). (CORNACHIONE JR, 2009, p.86).

Cornachione (2009, p.76) comenta que a algum tempo para se ter um processamento mais pesado era necessário servidores de grande porte, os quais demandavam uma maior necessidade de investimentos em hardware, software e treinamento de pessoal. Porém atualmente este cenário esta mudando conforme observado a seguir.

Atualmente, as tecnologias computacionais (equipamentos, lógica, comunicação, conectividade, fácil relacionamento/uso etc.) estão se tornando cada vez mais acessíveis. Essa acessibilidade se dá, entre outros fatores, tanto em termos financeiros (recursos computacionais mais baratos) quanto em termos de existência (hoje, devido à pesquisa e divulgação apropriada, é possível tomar conhecimento sobre a existência das mais variadas tecnologias de informática). (CORNACHIONE JR, 2009, p.40).

A grande disseminação dos computadores esta justamente na facilidade de uso oferecida por estes atualmente, possibilitando assim a criação e operacionalização de programas, para a solução até dos problemas mais simples do dia-a-dia das organizações (CORNACHIONE JR, 2009).

2.2.2 Conceitos de Tecnologia da Informação

Rezende (2008, p.44) define, “A informática ou tecnologia da informação pode ser conceituada como recursos tecnológicos e computacionais para guarda, geração e uso da informação e do conhecimento”.

Para Cruz (2003, p.26) “é todo e qualquer dispositivo que tenha capacidade para tratar e ou processar dados e ou informações, tanto de forma sistêmica como esporádica, quer esteja aplicada no produto, quer esteja aplicada no processo”.

Segundo Padoveze (2004, p.51) “o conceito de TI - Tecnologia da Informação entende que a informação (seus sistemas, recursos etc.) deve fazer parte de uma estrutura em nível estratégico das empresas”.

2.2.3 Tecnologia da Informação como fator de competitividade

Para Cruz (2003, p.27) “qualquer Tecnologia da Informação deve dar ao usuário o controle efetivo da informação, além de simplificar a operacionalidade de sua atividade; caso contrário, todos perdem”.

A tecnologia da informação por meio de metodologias de planejamento de informação, conhecimentos e informática pode apoiar as organizações nas atividades mercadológicas competitivas, planejando, gerindo e flexibilizando sua infra-estrutura, para permitir gerar informações necessárias de forma oportuna para uso estratégico. (REZENDE, 2008, p.48).

Não basta implementar informática com o intuito de gerar informações e dar suporte a decisões de grandes, pequenas ou de médias empresas, o que deve ser feito é uma análise das realidades operacionais e financeiras da organização a fim de verificar a tecnologia mais apropriada à entidade (CORNACHIONE JR, 2009).

A Tecnologia da Informação deve ultrapassar as fronteiras da empresa e integrar-se sistemicamente com fornecedores, clientes etc., sendo, assim um fator chave de competitividade (PADOVEZE, 2004).

2.2.4 Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação

As mudanças na sociedade da informação fazem com que as organizações também se modifiquem e implemente um planejamento de suas informações, conhecimentos e da sua tecnologia da informação (REZENDE, 2008).

Mesmo porque, qualquer empresa que nos dias atuais não tiver pelo menos um esboço, um arremedo de plano estratégico, sequer vai saber o que fazer com qualquer Tecnologia da Informação. Geralmente, duas informações estão disponíveis, mesmo para as menores empresas: a primeira é onde ela está; a segunda é aonde ela quer chegar. Sem esse mínimo, nenhuma empresa vai saber o que fazer da própria vida. (CRUZ, 2003, p.47).

O planejamento estratégico é a etapa inicial da gestão da tecnologia da informação nas organizações, definindo o planejamento estratégico da tecnologia da informação como parte integrante do planejamento estratégico organizacional, tendo ele foco no desenvolvimento de sistemas e bases de dados estáveis e de apoio à tomada de decisões (REZENDE, 2008).

É muito importante a elaboração do planejamento da tecnologia da informação antes da sua utilização para evitar riscos, pois apesar da tecnologia da informação oferecer agilidade e vantagem competitiva ela também oferece riscos de gestão relativos a tipos de decisões e ações a serem tomadas (REZENDE, 2008).

O planejamento estratégico organizacional e o planejamento dos sistemas de informação, dos sistemas de conhecimentos e da informática ou tecnologia da informação devem estar integrados, ou seja, com as estratégias alinhadas e com sinergia entre si. Os sistemas de informação e os sistemas de conhecimentos juntamente com tecnologia da informação devem desempenhar um papel estratégico e agregar valores aos produtos ou serviços da organização, promovendo vantagem competitiva sobre seus concorrentes com vistas a sua inteligência organizacional. (REZENDE 2008 p.59).

Os objetivos do planejamento estratégico organizacional com o uso da tecnologia da informação devem ser entre outros: observar as oportunidades de ganho e vantagens competitivas; estabelecer objetivos e fatores críticos de sucesso para a organização; determinar quais as informações e conhecimentos que podem auxiliar a gestão na realização do seu trabalho; priorizar o uso da tecnologia da informação em função das necessidades e criar um modelo funcional e de dados do negócio, de modo que a alta administração possa visualizar o negócio em termos dos objetivos, funções, informações, fatores críticos de sucesso e estrutura organizacional (REZENDE, 2008).

O planejamento de informações e de informática ou tecnologia da informação é um conjunto de ferramentas e técnicas que possibilitam a definição de estratégias de ação ao longo de um período de aproximadamente um a três anos. Visa identificar as informações e os conhecimentos necessários à gestão da organização, para tomada de decisões em todos os níveis (estratégicos, táticos e operacionais). (REZENDE, 2008, p.46).

Os recursos de tecnologia da informação devem ser utilizados como instrumento de suporte ao desenvolvimento da organização, além disso, devem estar alinhados com o planejamento estratégico e diretamente ligado ao dia-a-dia da organização, para a garantia de uma melhor execução das atividades (CRUZ, 2003).

2.3 EVOLUÇÃO CULTURAL DAS EMPRESAS

2.3.1 Visão empresarial defasada da tecnologia da informação

Ainda hoje muitas empresas acreditam que o ato de instalar aplicativos nos computadores e disponibiliza-los aos setores irá organizar as mesmas, o que não é verdade, pois a Tecnologia da Informação além de não organizar a empresa, se não for implantada com planejamento e boa gestão não trará benefícios para a organização (REZENDE; ABREU, 2003).

Atualmente as tecnologias de hardware dos computadores estão avançando de forma tão acelerada que o desenvolvimento de softwares úteis para a utilização deste potencial não consegue acompanhá-los, porém o pior é que algumas organizações não estão conseguindo acompanhar este desenvolvimento no quesito compreensão e aplicação de tecnologia (LAUDON; LAUDON, 1999).

Durante muito tempo, Tecnologia da Informação foi tratada e operacionalizada pelas empresas com base em uma visão muito estreita, que a situava apenas no pequeno mundo de um CPD (Central de Processamento de Dados – é como se chamava o lugar onde trabalhavam analistas, programadores e, também, onde ficavam os computadores). Eram tempos em que a informática servia muito mais aos propósitos do próprio órgão gestor da tecnologia do que aos objetivos da empresa. Muitos erros foram cometidos por conta do caráter elitista que a informática tinha, principalmente pelo distanciamento que os usuários mantinham daquele ambiente. (CRUZ, 2003, p.25).

Desde que foram criados, os computadores sempre provocaram muitas mudanças, mas também causaram muita confusão por não serem utilizados corretamente, causando gastos e descontrole. Isso acontecia pelo menos na implantação destes equipamentos nas empresas (CRUZ, 2003).

2.3.2 Benefícios verificados no processamento das Informações

Atualmente, já não é possível conceber uma organização de determinado porte suportada por um sistema de informações baseado em processamento convencional de dados, isso se deve a fatores como: volume de transações, complexidade dos cálculos e junção de vários tipos de dados para obtenção de diversos tipos de relatórios (CORNACHIONE JR, 2009).

Na visão de Cruz (2003, p.20) “de forma bem simplista, a adoção dos recursos que a informática colocou a disposição das empresas possibilitou outra revolução industrial”.

Caso o processamento não tivesse evoluído e atingido um nível de processamento eletrônico de dados, toda essa imensa gama de informações necessárias demandaria muito tempo para ser obtida e, conseqüentemente, perderia parcela do benefício auferido em termos de oportunidade de informações. (CORNACHIONE JR, 2009, p.20).

Cornachione Jr (2009, p.39) comenta, “Verificamos que uma das possíveis soluções, em termos genéricos, para o problema de otimização do resultado de determinado processamento de dados é dotá-lo de etapas computadorizadas”.

O autor comenta ainda que para isso deve-se ter cuidado para que não seja feito nada de forma desgovernada e que sejam feitos estudos da relação custo benefício a ser alcançada.

Devemos ter em mente que a otimização do processamento de dados diz respeito a buscar a melhor forma de obter determinada informação com base em determinados dados, com preocupação em relação ao nível de custos que permita tal processamento ter o resultado mais favorável possível. (CORNACHIONE JR, 2009, p.38).

Porém a implantação da informática nas organizações requer algumas observações que vão além da análise dos custos, benefícios e viabilidade, mas também a verificação da legislação vigente, o estabelecimento de planos de contingência para eventuais falhas de funcionamento das ferramentas, focar a inteligência organizacional e não a Tecnologia em si e preparar um plano de gestão das mudanças advindas da efetivação do uso das novas tecnologias (REZENDE, 2008).

2.4 EVOLUÇÃO NA TRANSFORMAÇÃO DE DADOS EM CONHECIMENTO

2.4.1 Informação X Conhecimento

Para Rezende (2008, p.35) “quando a informação é “trabalhada” por pessoas e por recursos computacionais, possibilitando a geração de cenários, simulações e oportunidades, pode ser chamado de conhecimento”.

O conceito de conhecimento complementa o de informação com valor relevante e propósito definido os quais podem ser visualizados através de percepções humanas ou inferências computacionais, deixando assim claro o nível de importância dessas tecnologias nas tomadas de decisões (REZENDE, 2008).

2.4.2 Workflow

Padoveze (2004, p.80) define Workflow como “sistema de gerenciamento e distribuição de informações de forma eletrônica de um processo, dentro de uma organização”.

O Workflow serve de apoio aos demais sistemas de informação, permitindo o desenho de todos os processos a serem efetuados em um determinado setor para posterior interligação aos sistemas operacionais (PADOVEZE, 2004).

2.4.3 Gerenciamento Eletrônico de Documentos – (GED)

Padoveze (2004, p.80) define (GED) como “reagrupamento de um conjunto de técnicas e de métodos que tem por objetivo facilitar o arquivamento, o acesso, a consulta e a difusão dos documentos e das informações que ele contém”.

Ainda Padoveze (2004, p.80) destaca que “o gerenciamento eletrônico de documentos é o somatório de todas as tecnologias e produtos que visam gerenciar informações e conhecimentos de forma eletrônica”.

O Gerenciamento Eletrônico de Documentos pode ser considerado como uma nova alternativa ou um caminho natural a ser seguido com a utilização maciça da Web e Workflows, pois não faz sentido informatizar a organização e os processos e continuar utilizando os arquivos de papel e as pastas físicas, deve ser tudo via internet (PADOVEZE, 2004).

2.4.4 Sistemas ERP - (Enterprise Resource Planning)

O ERP é um termo genérico para o conjunto de atividades executadas por um software multimodular com o objetivo de auxiliar a gestão empresarial em decisões como desenvolvimento de produto, interação com fornecedores, compra de itens, manutenção de inventários, acompanhamento de ordens de produção e serviços a clientes. O sistema opera com uma base de dados comum fazendo interações entre os aplicativos eliminando assim a redundância e possibilitando a integridade das informações (POLLONI, 2000).

Segundo Polloni (2000, p.223) “o ERP é definido como uma arquitetura de software que facilita o fluxo de informações entre todas as atividades da empresa, como fabricação, logística, finanças e recursos humanos”.

Padoveze (2004, p.68) complementa que esses sistemas “têm como objetivo fundamental a integração, consolidação e aglutinação de todas as informações necessárias para a gestão do sistema empresa”.

2.4.5 Benefícios e Precauções na implementação de Sistemas ERP

As empresas esperam que um sistema ERP impulse o desempenho das atividades sistêmicas da noite para o dia e que este seja um pacote de software que cubra todos os aspectos do negócio, porém esta é uma visão distorcida do ERP (POLLONI, 2000).

O sistema ERP é fundamental para um empreendimento, pois possibilita uma padronização dos sistemas de informações. Porém é necessário que seja feito um estudo de viabilidade, pois para sua implantação é necessário um valor considerável de recursos financeiros a serem desembolsados, de um bom planejamento de recursos humanos, de verificação de tempo para a implantação, bem como uma boa análise do custo benefício a ser obtido com a mudança (POLLONI, 2000).

A integração de tecnologias emergentes deram características muito mais poderosas aos Sistemas de Informações Gerenciais, oferecendo maior poder de mobilidade e segurança às organizações que os utilizam (CRUZ, 2003).

Como vantagem para a organização, pode ser evidenciado no momento de implantação de um ERP o processo educacional dos envolvidos, pois como os módulos são interligados e para funcionarem corretamente precisam de informações geradas na finalização de um processo oriundo de outro módulo, os responsáveis pelos setores precisam conversar mais para entender como funcionam as atividades dos setores ao seu redor, propiciando assim uma visão mais ampla do negócio empresarial (PADOVEZE, 2004).

2.4.6 Tecnologia para integração com Parceiros de negócio

A conectividade é um instrumento importante para a integração das empresas e suas filiais e também entre fornecedores enviando pedidos e notas fiscais eletronicamente reduzindo o tempo das transações e melhorando a qualidade dos serviços (POLLONI, 2000).

O conhecimento da organização depois de validado atinge o domínio público, estando disponível para os membros daquela referida organização, para isso pode ser utilizado uma rede de comunicação interna, um boletim eletrônico de notícias, por correio eletrônico ou ainda em algumas entidades os portais corporativos, os quais são dispostos via internet com interface personalizada (DIAS, 2003).

Os recursos e os componentes da tecnologia da informação são os responsáveis pelas atividades de geração, troca e integração (sinergia) dos dados, informações e conhecimentos. Esses recursos podem ser qualquer *software* desenvolvido em linguagens de programação convencionais ou também *software* específico para esse fim, tais como recursos de inteligência artificial ou sistemas especialistas, sistemas gerenciadores de banco de dados, ferramentas baseadas na Internet e portais, gerenciamento eletrônico de documentos, automação de processos, e outras ferramentas ou aplicativos. (REZENDE, 2008, p.42).

Muitos dos sistemas de informação utilizam-se de tecnologias de telecomunicações, as quais são essenciais para as organizações que possuem filiais em varias áreas geográficas, por acelerar o fluxo das informações e ajudar as pessoas na tomada de decisões mais rápidas (LAUDON e LAUDON, 1999).

Polloni (2000, p.210) comenta que a “comunicação de dados é a chave para o desenvolvimento dos novos conceitos de custo, velocidade da informação, disponibilidade dos dados e parceria nos negócios cliente/fornecedor”.

A Internet pode ser considerada uma das tecnologias de apoio mais importantes por permitir que a empresa esteja integrada ao mundo, podendo expor seus produtos, fazer consultas gerais sobre o mercado em que atua e também efetuar processos de compras, comercialização e divulgação de sua imagem (PADOVEZE, 2004).

2.5 EVOLUÇÃO DO ESTADO

2.5.1 Ajuste na Legislação para a Unificação de Informações

Com a evolução tecnológica e o crescente aumento no volume das transações efetuadas pelas empresas, o governo teve que atualizar tecnologicamente o seu setor de fiscalização, mas como o tratamento das informações pelas esferas públicas Federal, Estadual e Municipal era despadronizado a integração era deficitária e trabalhosa (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Para iniciar a padronização entre as esferas de governo foi editada a Emenda Constitucional nº 42 de 19 de Dezembro de 2003, introduzindo o Inciso XXII ao art. 37 à constituição Federal de 1988, determinando a atuação de forma integrada e o compartilhamento de cadastros e informações entre as administrações tributárias da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, possibilitando assim a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), o qual reúne as informações dos contribuintes em um único banco de dados que é compartilhado pelas esferas do governo (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

O Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) contempla três vertentes ou sub-projetos que são: SPED Fiscal ou Escrituração Fiscal Digital (EFD), o SPED Contábil ou Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

2.5.2 Certificação Digital

Com a criação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) tornou-se obrigatório a assinatura digital nestas escriturações digitais para que elas tivessem validade jurídica, com isso torna-se necessário a aquisição, por todos os contribuintes, do certificado digital (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

A certificação digital pode ser definida como sendo a tecnologia que provê os mecanismos de segurança capazes de garantir autenticidade, confiabilidade e integridade às informações eletrônicas das mensagens e documentos trocados na *Internet*. Ou, de forma mais simples é a forma de identificar a autoria nas operações via *Internet*. (AZEVEDO; MARIANO, 2009, p.55).

A tecnologia de certificação digital foi possibilitada através do desenvolvimento da criptografia, palavra grega que significa a arte de escrever em códigos, escondendo a informação na forma de um texto incompreensível (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Para obtenção do Certificado Digital é necessário efetuar a solicitação a uma Autoridade Certificadora, que é considerada confiável pelas partes envolvidas numa comunicação e/ou negociação as quais são: Secretaria da Receita Federal do Brasil, Caixa Econômica Federal, Serpro, Serasa, Certisign, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Autoridade Certificadora da Justiça e Autoridade Certificadora da Presidência da República (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Para a utilização do certificado digital é necessário uma das seguintes mídias: Smart card (Cartão Inteligente) que é um cartão criptográfico que armazena as chaves criptográficas não possibilitando a sua retirada nem cópia para outra mídia; a leitora do smart card que faz a interface com o cartão; o Token que armazena as chaves e não permite a sua retirada, sendo a sua utilização feita através da porta USB do computador depois de instalado o seu driver e HSM (Hardware Security Module) que processa, armazena e contém o certificado digital da empresa, é recomendado para grandes volumes por ser até 100 vezes mais rápido que o Smart Card (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

2.5.3 Nota Fiscal Eletrônica - (NF-e)

A Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um documento com validade jurídica que é proporcionada pela assinatura digital, é emitida e armazenada eletronicamente e tem sua autorização de uso concedida pela administração tributária do domicílio do contribuinte (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

A seguir o autor apresenta um conceito sobre a nota fiscal eletrônica.

A Nota Fiscal eletrônica (NF-e) pode ser conceituada como sendo um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com o intuito de documentar uma operação de circulação de mercadorias ou prestação de serviços, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e a Autorização de Uso fornecida pela administração tributária do domicílio do contribuinte. (PERES; MARIANO, 2011, p.152).

A empresa emissora da NF-e gera um arquivo eletrônico com as informações fiscais da operação o qual após ser assinado é transmitido pela internet para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e retornará um protocolo de recebimento, ou seja, a autorização de uso (PERES; MARIANO, 2011).

A comunicação entre o contribuinte e a Secretaria de Fazenda Estadual é feita através da Internet, com a utilização de certificado digital e uma conexão segura proporcionada pelo protocolo de internet SSL, não necessitando assim da utilização de código de usuário e senha, os arquivos manipulados recebem a denominação de arquivos XML por causa da sua extensão (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

A NF-e também será transmitida à Secretaria da Receita Federal, que será o repositório nacional de todas as NF-e emitidas, a qual disponibilizará a consulta deste documento aos respectivos interessados desde que detenham a chave de acesso do documento eletrônico (PERES; MARIANO, 2011).

Ainda este mesmo autor apresenta o Documento Auxiliar da NF-e (DANFE) conforme descrito a seguir.

O Danfe não é uma nota fiscal, nem substitui uma nota fiscal, servindo apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e, pois contém a chave de acesso da NF-e, que permite ao detentor desse documento

confirmar a efetiva existência da NF-e por meio do Ambiente Nacional (RFB) ou site da Sefaz na Internet. (PERES; MARIANO, 2011, p.154).

O Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), serve como instrumento auxiliar de consulta à nota fiscal eletrônica, sendo impresso em apenas uma via e contendo uma chave de acesso para consulta da NF-e na Internet e um código de barras para facilitar a captura e confirmação de informações pelos agentes fiscalizadores, observando que a escrituração deve ser feita pelo arquivo da NF-e, não sendo necessário que o DANFE seja arquivado (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

2.5.4 Escrituração Fiscal Digital – (EFD)

A escrituração Fiscal Digital possibilita ao Fisco a recepção de informações mais detalhadas das operações dos contribuintes e a substituição da obrigação de escriturar os livros fiscais em papel (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

A seguir Nardon Filho apresenta um conceito sobre a EFD.

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é um arquivo digital que se constitui de um conjunto de escriturações de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades Federadas e da Receita Federal do Brasil, bem como de registros e operações de impostos praticadas pelo contribuinte. Esse arquivo deverá ser assinado digitalmente e enviado via internet ao ambiente SPED. (NARDON F., 2010, p. 35).

Este tipo de escrituração começa a ser exigido a partir de Janeiro de 2009 para os contribuintes constantes no protocolo ICMS nº. 77/2008, sendo que a sua transmissão deve ser mensal e conforme a determinação de cada Unidade da Federação para os seguintes livros: Registro de Entradas; Registro de Saídas; Registro de Apuração do ICMS; Registro de Apuração do IPI e Registro de Inventário (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Utilizando sua base de dados, a empresa deverá gerar um arquivo digital em formato coerente com um leiaute estabelecido em Ato da Comissão Técnica Permanente do ICMS - Cotepe (NARDON F., 2010).

No processo da Escrituração Fiscal Digital (EFD) é gerado um arquivo em formato texto (txt) contendo a informação referente às movimentações fiscais do

contribuinte, este arquivo é enviado para o ambiente da Receita federal do Brasil (RFB) a qual retornará um recibo para o contribuinte comprovando a entrega caso não haja nenhum problema de aceitação do arquivo (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

Cabe salientar que este arquivo para ser aceito precisa da assinatura digital, sendo que o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) é o responsável pelo repasse deste para a unidade da federação do contribuinte (AZEVEDO; MARIANO, 2009).

2.5.5 Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico - DIME

Além da entrega do Sped Fiscal no Estado de Santa Catarina existe a obrigatoriedade de entrega, por todos os estabelecimentos inscritos no cadastro do ICMS, da Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico – DIME (SANTA CATARINA, 2012).

Na DIME devem ser apresentadas as operações e prestações realizadas em cada período, as quais já estão registradas no livro Registro de Apuração de ICMS, deverá discriminar os créditos acumulados no período e também lançamentos fiscais que referem-se ao balanço econômico (SANTA CATARINA, 2012).

Além dos lançamentos fiscais, deverão ser apresentados os lançamentos contábeis ocorridos no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do ano anterior (SANTA CATARINA, 2012).

3 METODOLOGIA

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

A pesquisa terá uma abordagem qualitativa com o intuito de possibilitar uma análise crítica dos dados para a resposta do problema de pesquisa. Segundo Richardson (2008), o método quantitativo e o qualitativo diferem principalmente porque este não adota elementos estatísticos para fundamentar o processo de análise de um problema.

A pesquisa será do tipo descritiva, pois irá discorrer sobre a contribuição da implantação de um sistema fiscal integrado na entrega das obrigações acessórias estaduais do Estado de Santa Catarina.

3.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O procedimento será um estudo de caso em três empresas de grande porte que recentemente implantaram um sistema fiscal integrado ao ERP.

A coleta de informações se dará através de um roteiro de entrevista com usuários do sistema fiscal implantado.

Conforme Marconi e Lakatos (2006, p.92) “a entrevista é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas obtenha informações a respeito de determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional”. Ainda conforme Marconi e Lakatos (2006, p.93) “a entrevista tem como objetivo principal a obtenção de informações do entrevistado, sobre determinado assunto ou problema”.

As entrevistas efetuadas nas empresas foram modeladas através de questões abertas, visando perceber e compreender a perspectiva e o ponto de vista do entrevistado, as respostas foram transcritas no decorrer da entrevista e analisadas logo após o término destas, a fim de evitar o esquecimento de detalhes e garantir assim maior confiabilidade nas informações.

Quando as perguntas de uma entrevista são abertas, podendo abranger de forma mais ampla o assunto e com a possibilidade de serem respondidas em uma conversa informal a entrevista pode ser chamada de entrevista despadronizada ou não estruturada (MARCONI e LAKATOS 2006).

Na entrevista despadronizada ou não estruturada de acordo com Marconi e Lakatos (2006, p.94) “o entrevistado tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”.

Os depoimentos envolveram usuários do departamento fiscal os quais representam as áreas que sofreram maiores impactos com as mudanças proporcionadas pela implantação do sistema fiscal integrado.

A pesquisa considerou eventos ocorridos no período compreendido entre os anos de 2012 e 2014, representando a fase anterior e a posterior à implementação do sistema fiscal integrado.

4 RESULTADOS DA ENTREVISTA

4.1 CONTEXTO DO SISTEMA ERP NAS EMPRESAS ENTREVISTADAS

As três empresas participantes das entrevistas possuem um ERP que vamos chamar de 01, onde a empresa detentora dele é considerada líder neste segmento de sistemas corporativos, porém é de origem estrangeira mais especificamente da Alemanha.

O sistema 01 é utilizado mundialmente por milhares de empresas pelo seu rígido e confiável controle de informações. Um sistema integrado que suporte os principais processos de uma empresa pode ser Muito Complexo dependendo do ramo de atividade e tamanho da empresa.

Como a maioria dos sistemas estrangeiros tem dificuldade para se adaptar à realidade da legislação brasileira, este ERP não contempla em seu portfólio a entrega de todas as obrigações acessórias estaduais necessárias no Brasil, com isso as empresas que utilizam este sistema precisam adquirir um sistema fiscal para fazer estas entregas.

4.2 O SISTEMA FISCAL

A empresa que desenvolveu o sistema fiscal pesquisado é parceira da empresa detentora do ERP 01, com isso este sistema foi feito especificamente para atender clientes que utilizam o ERP 01 em suas operações. O desenvolvimento deste sistema fiscal foi efetuado através de liberação de parceria da empresa do ERP 01, com isso toda a estrutura do sistema fiscal bem como a sua linguagem de programação são as mesmas utilizadas pelo ERP 01, tudo isso fornece conformidade de tecnologia para garantir uma integração total dos dados.

No processo de geração das obrigações acessórias não existe a necessidade de manipulação de arquivos para a utilização da informação. A integração é total que o sistema fiscal também utiliza o mesmo servidor e o mesmo

banco de dados do sistema ERP 01, podendo o usuário do sistema ERP 01 acessar o sistema fiscal sem notar nenhuma diferença de tecnologia.

4.3 EMPRESA 1

A primeira empresa possui mais de 2.500 colaboradores, podendo ser considerada uma organização de grande porte e também é apresentada como uma das maiores empresas de embalagens flexíveis do Brasil.

O entrevistado ocupa o cargo de coordenador do departamento fiscal e trabalha na empresa há mais de 3 anos, sendo que a implantação do novo sistema fiscal foi efetuada no segundo semestre de 2013.

O entrevistado informou a obrigatoriedade de entrega das obrigações acessórias estaduais DIME e SPED Fiscal.

4.3.1 Principais problemas e causa de retificações

Sobre os principais problemas encontrados na entrega da Dime, o primeiro entrevistado comentou que com o sistema anterior havia muita dificuldade na atualização software quando a Secretaria da Fazenda do Estado de Santa Catarina (SEFAZ-SC) efetuava alguma mudança no layout do arquivo texto ou na forma de apresentação das informações dentro dos registros do arquivo. Isso se dava por causa da morosidade da empresa do software em atualizar esse sistema. No sistema atual esse problema ainda não foi detectado porém isso refere-se mais a uma questão de estrutura da empresa fornecedora do sistema para ficar atenta às alterações na legislação do que a uma questão de integração com o ERP.

Na Dime a principal causa de retificações no sistema antigo era o fato da empresa ter que entregar a obrigação com o status sem movimento por não conseguir validar o layout no portal da SEFAZ-SC, só apenas com a correção do layout do arquivo pela empresa fornecedora do sistema, conseguir efetuar a entrega do arquivo com os dados reais incorridos no período. Foi comentado que tiveram casos da empresa ter que entregar até dois meses com o status sem movimento,

aguardando a entrega de uma determinada correção de layout pela empresa fornecedora do sistema.

Este problema ainda não ocorreu no período de utilização do novo sistema fiscal, apesar de ter ocorrido mudança no layout de um determinado registro da DIME imposta pelas Portarias SEF nº 112/2014 e nº 199/2014 ambas validas a partir da competência 07/2014, onde no caso a empresa disponibilizou a atualização do sistema em tempo hábil.

No Sped Fiscal o principal problema evidenciado foi com relação à integridade dos dados, pois haviam momentos em que documentos não apareciam no sistema fiscal por problemas na integração dos dados. Também havia o problema da ocorrência de cancelamentos em documentos no ERP que não apareciam no sistema fiscal ocasionando em alguns casos a necessidade de retificação do movimento de determinada competência. Com a implantação do novo sistema fiscal não ocorreram mais problemas com relação à integridade dos dados visto que a base do ERP é consultada de forma instantânea de acordo com a necessidade de utilização das informações.

4.3.2 Tempo gasto na entrega das obrigações

Com relação ao tempo gasto na entrega da DIME o entrevistado comentou que no sistema anterior o usuário demorava em torno de 4 horas com todo o processo de envio e no sistema atual ele demora aproximadamente 1 hora e meia.

Já no SPED fiscal o mesmo comentou que no sistema anterior chegava a demorar aproximadamente 8 horas. No novo sistema este tempo não passa de 4 horas, ou seja, uma redução quase da metade do tempo gasto.

Esta redução no tempo gasto se deu pela extinção de processos de conferência de relatórios que eram feitos no sistema fiscal antigo, visto que tinha a necessidade de verificar a consistência dos dados entre as bases do sistema fiscal e do ERP para que os valores apresentados nas obrigações fossem corretos.

4.3.3 Demanda de recursos para a entrega dessas obrigações

Com relação à estrutura de pessoal necessária para a entrega dessas obrigações, o entrevistado comentou que não houve mudança na quantidade de pessoas, apesar da otimização em alguns processos proporcionada com a utilização do novo sistema fiscal, porém ocorreram redistribuições de tarefas entre empregados do departamento visando equalizar a quantidade de tarefas efetuadas por cada um deles nas diversas obrigações acessórias, tanto estaduais como federais.

Apesar de reconhecer uma otimização na necessidade de recursos de tempo gasto para a entrega das obrigações o entrevistado não soube comentar sobre valores relacionados ao retorno do investimento no novo sistema fiscal, salientando que esse tipo de informação era restrito ao departamento de controladoria.

4.4 EMPRESA 2

A segunda empresa é apresentada como uma das maiores produtoras de matérias-primas para a indústria de alimentos da América Latina. Sendo considerada líder na fabricação de aromas, temperos e aditivos que melhoram os sabores dos alimentos ela ocupa uma posição de destaque no mercado brasileiro, além do mercado interno, sua marca também já atingiu uma posição de referência internacional em seu ramo de atuação.

Nesta empresa foi possível efetuar a entrevista com dois empregados, a primeira pessoa entrevistada ocupa o cargo de analista fiscal pleno e a segunda é coordenador fiscal, sendo que ambos estão trabalhando a mais de 3 anos nesta empresa.

Os entrevistados informaram a obrigatoriedade de entrega das obrigações acessórias estaduais DIME e SPED Fiscal e passaram a utilizar o novo sistema fiscal a partir do primeiro semestre de 2013.

4.4.1 Principais problemas e causa de retificações

De acordo com relatos do primeiro entrevistado desta empresa que foi a analista fiscal, os principais problemas que ocorriam no antigo sistema eram a divergência nos lançamentos de valores referente a créditos do ativo imobilizado onde somente após a entrega das obrigações é que ocorriam auditorias para averiguação de todos os valores envolvidos nos cálculos do ICMS do período imediatamente anterior.

Com a implantação do novo sistema os cálculos são efetuados utilizando os dados dos ativos imobilizados cadastrados no sistema ERP, não precisando efetuar carga de dados externos para dentro do sistema fiscal.

Como o sistema atual é totalmente integrado ao ERP é possível receber informação em tempo real de qualquer movimentação de ativos, possibilitando assim uma maior coerência no cálculo dos valores de acordo com as datas informadas pelos usuários, garantindo uma apropriação adequada dos créditos de ICMS e também uma correta apresentação desses valores ao fisco.

O segundo entrevistado que foi o coordenador da área também evidenciou a dificuldade na apropriação dos créditos do imobilizado que foram eliminados com a utilização do novo sistema, fato que contribuiu com a redução na ocorrência de retificações.

4.4.2 Tempo gasto na entrega das obrigações

A analista comentou sobre a redução no tempo gasto com a entrega do Sped Fiscal que foi modificado de 6 horas para 2,5 horas. Isso foi viabilizado porque com a utilização do novo sistema fiscal foram eliminados diversos procedimentos de conciliações de valores com a manipulação de planilhas eletrônicas e relatórios específicos de controle. Com isso os empregados ficaram com mais tempo para priorizar a qualidade das informações, evitando assim retrabalhos e também a necessidade de execução de horas extras para a entrega destas obrigações acessórias nos seus devidos prazos.

4.4.3 Demanda de recursos para a entrega dessas obrigações

Com relação à estrutura de pessoas, segundo a analista, o departamento teve um aumento de 2 empregados, saltando de 1 para 3 pessoas, no entanto esse aumento se deu principalmente pelo crescimento no tamanho da empresa e do processo de centralização de atividades administrativas de outras unidades da empresa localizadas na região norte do país.

A analista não soube comentar com mais precisão sobre uma possível redução de custos e também sobre o retorno do investimento com a utilização do novo sistema fiscal.

O coordenador comentou sobre a diminuição da necessidade de compra de papel, utilizado para a emissão de relatórios que embasavam a origem dos valores dos registros enviados à SEFAZ-SC, item esse que foi apontado como um fator de evolução nos processos internos, proporcionado pela mudança no sistema fiscal.

O novo sistema fiscal dispõe da possibilidade de configuração de diversas combinações de regras de conciliação automática de documentos, fato que possibilitou uma considerável agilidade na identificação de documentos com dados divergentes ou de lançamentos equivocados. Essas divergências normalmente são documentos de outros estados lançados com código fiscal de operação e prestação (CFOP) de operações estaduais, entrada de itens para consumo com a utilização dos créditos de ICMS, divergência nos dados cadastrais de parceiros, entre outros erros.

O coordenador também destacou que o novo sistema proporciona o vínculo dos registros gerados nas obrigações acessórias com o conjunto de documentos que foram considerados na formação dos valores deste registro, proporcionando a abertura até mesmo dos detalhes (itens) destes documentos, facilitando assim os procedimentos de auditoria interna e externa.

Apesar de ocupar o cargo de coordenador do departamento fiscal, o segundo entrevistado também não soube precisar com relação aos valores ou percentuais de redução de custos com a utilização do novo sistema fiscal. Ele também não tinha informação relevante com relação ao retorno do investimento proporcionado com a implementação deste novo sistema.

4.5 EMPRESA 3

A empresa 3 possui em seu quadro de pessoal mais de 3.000 colaboradores e apresenta-se como líder na fabricação de resinas de PVC na América Latina, ela atua mais especificamente na produção de tubos e conexões e possui operações em 14 países sul-americanos podendo também ser considerada uma empresa de grande porte.

Nesta empresa foi possível a realização da entrevista com uma empregada que ocupa a posição de analista fiscal pleno e que já está há mais de 3 anos no cargo, sendo que a mesma também teve participação ativa como usuária chave na implantação do sistema fiscal integrado ao ERP que foi efetuada no segundo semestre de 2012.

A analista informou a obrigatoriedade de entrega das acessórias estaduais DIME e SPED Fiscal.

4.5.1 Principais problemas e causa de retificações

Com relação aos principais problemas encontrados na entrega da DIME, a analista informou que o sistema antigo não gerava os registros do quadro 12 que apresenta a discriminação dos pagamentos efetuados e os pagamentos devidos do Imposto no período e os registros do quadro 51 que apresenta as exclusões de valores para apuração do valor adicionado.

Com a utilização do novo sistema fiscal o problema na apresentação dos registros do quadro 12 que apresenta a discriminação dos pagamentos efetuados e os pagamentos devidos do Imposto no período foi resolvido, pois no sistema atual existe a possibilidade de efetuar a busca das guias geradas e também das guias pagas do local de negócios e não em um período específico.

Todas as informações de pagamentos de tributos efetuados pelo setor de contas a pagar podem ser visualizadas de forma online diretamente em janelas específicas do sistema fiscal.

Com relação às retificações na entrega da DIME a usuária informou que tanto no sistema antigo quanto no sistema fiscal atual as ocorrências eram muito

esporádicas e não apresentaram nenhuma variação que merecesse um maior destaque.

Para a entrega do SPED Fiscal a usuária comentou que os principais problemas eram relacionados a erros no lançamento de documentos fiscais pelo setor de faturamento, porém no sistema fiscal antigo estas divergências só eram verificadas após o fechamento do mês com o envio dos dados do sistema ERP para o sistema fiscal, tendo efetuar as correções diretamente no sistema fiscal ou até mesmo no arquivo texto que era importado no programa validador da SEFAZ-SC.

No sistema fiscal atual os documentos podem ser visualizados logo após a efetivação do seu lançamento no sistema ERP, possibilitando uma agilização nos processos de conciliação e também na correção de erros ou até mesmo na solicitação de cancelamento destes documentos, visto que o acesso à informação é instantâneo.

4.5.2 Tempo gasto na entrega das obrigações

No quesito de tempo gasto na elaboração da DIME a usuária informou que houve redução de aproximadamente 1 hora, sendo que no sistema antigo ela demorava em torno de 2,5 horas e utilizando o sistema atual ela demora aproximadamente 1,5 horas para efetuar esta entrega.

O tempo gasto com a entrega do SPED fiscal também sofreu redução visto que antes ele demandava em torno de 10 horas desde a conciliação dos valores dos documentos até a sua respectiva entrega à SEFAZ-SC e no sistema atual este tempo ficou em aproximadamente 7 horas para a execução de todas as etapas até a sua entrega.

4.5.3 Demanda de recursos para a entrega dessas obrigações

De acordo com a usuária a estrutura da equipe do departamento fiscal não foi alterada com a mudança de sistema.

Um detalhe interessante é que a analista comentou que após a implantação do sistema fiscal, a supervisão estipulou políticas com regras mais duras com

relação à concessão de horas extras para os funcionários do departamento fiscal, sendo que para haver a liberação para trabalho extra, a necessidade deverá ser justificada por um coordenador imediato, sendo uma exceção apenas em casos de extrema urgência.

A usuária comentou não ter informações e também não saber se teria um funcionário na empresa que poderia informar sobre o retorno sobre o investimento feito no sistema fiscal.

5 CONCLUSÕES

5.1 PRINCIPAIS CONTRIBUIÇÕES DO SISTEMA FISCAL INTEGRADO

A seguir serão apresentados alguns itens que podem ser considerados como contribuição da utilização de um sistema fiscal integrado ao ERP na qualidade da entrega das obrigações acessórias estaduais de Santa Catarina, demonstrando assim o atingimento dos objetivos específicos elencados no item 1.3.2 desta monografia.

5.1.1 Principais problemas e causa de retificações

Através da análise dos resultados pode ser concluído que houve uma redução nos problemas encontrados na entrega dos arquivos das obrigações acessórias, principalmente do SPED Fiscal.

Na DIME a principal contribuição foi com relação à incoerência dos valores da apuração, entre os sistemas, visto que muitos problemas que ocorriam quando era utilizado o sistema antigo estavam relacionados à necessidade de efetuar a importação dos dados para o sistema fiscal possibilitando assim a ocorrência de divergência de informações.

A entrega do SPED Fiscal foi a obrigação acessória que apresentou mais benefícios quando efetuada no novo sistema, pois nesta obrigação os registros são apresentados de forma mais detalhada, sendo necessária a disponibilização de diversos dados do documento fiscal, tais como informações dos produtos, dos fornecedores, dos clientes entre outros. A redução no número de retificações deu-se porque como a disponibilização dos dados no novo sistema e online os usuários podem verificar a origem das divergências nos documentos podem solicitar sua correção de forma mais rápida e evitar o envio do arquivo texto com dados incoerentes que certamente precisará de uma retificação futura.

Em um contexto geral considerando as duas obrigações acessórias DIME e SPED, foi possível verificar que com a utilização da mesma origem de dados

proporcionado pelo novo sistema fiscal, houve uma melhora na qualidade da informação prestada ao fisco o que conseqüentemente proporcionou uma redução na quantidade de retificações destas obrigações.

5.1.2 Tempo gasto na entrega das obrigações

Ficou evidente a conclusão de que houve significativa redução no tempo gasto para a entrega das obrigações acessórias visto que em alguns casos o tempo foi reduzido em mais da metade.

O SPED foi o que apresentou a menor redução de tempo, sendo esta verificada na empresa 2 com uma mudança de 6 para 2,5 horas ou 30% de ganho. A DIME apresentou a maior redução que foi observada na empresa 1 com decréscimo de 75% no tempo gasto para a entrega ao fisco pulando de 4 horas no sistema antigo para 1 hora no novo sistema fiscal.

5.1.3 Demanda de recursos para a entrega dessas obrigações

A economia na utilização de papéis utilizados para a emissão dos relatórios de conciliação no sistema antigo, os quais não são mais necessários com a utilização do novo sistema, pode ser considerada como um item a ser apontado como fator de redução de necessidade de recursos.

Apesar de não ter sido verificada nenhuma redução no quadro de empregados das três empresas, o tempo que os funcionários gastavam com a entrega das obrigações também pode ser considerado como economia de recursos, embora nenhum dos entrevistados comentarem sobre a ocorrência de redução de custos com pessoal.

É importante salientar que não foi incluída na pesquisa questões sobre necessidade de aumento de recursos de hardware para o servidor do ERP visto que o novo sistema fiscal passou a compartilhar o mesmo equipamento.

5.2 DIFICULDADES E SUGESTÕES DE COMPLEMENTO DA PESQUISA

5.2.1 Dificuldades na realização da pesquisa

A principal dificuldade na realização da pesquisa foi encontrar profissionais dispostos a participar de uma entrevista e fornecer informações sobre formas de execução de processos e apresentar seu ponto de vista a respeito dos fatos ocorridos.

Outra dificuldade foi relacionada à necessidade de solicitar a liberação do superior imediato do entrevistado para que este ficasse indisponível por alguns minutos, visto que as entrevistas foram feitas em horário comercial.

5.2.2 Sugestões para complemento da pesquisa

Para enriquecer a pesquisa seria relevante conseguir pessoas com funções estratégicas ou do departamento de controladoria que tenham informações sobre valores de investimentos nos ativos e possuam um estudo sobre seus respectivos retornos.

Também seria de grande valia envolver o departamento de tecnologia da informação para levantamentos técnicos relacionados a necessidades de investimento em novos servidores ou outros recursos de hardware para suportar a demanda de um novo sistema fiscal.

6 REFERENCIAS

AZEVEDO, Osmar Reis; MARIANO, Paulo Antonio. SPED – **Sistema Público de Escrituração Digital**, 1º edição. Editora IOB 2009.

BAGRANOFF, N. A.; MOSCOVE, S. A.; SIMKIN, M. G. **Sistemas de informações contábeis**. Tradução: Geni G. Goldschmidt. São Paulo: Atlas, 2002.

CORNACHIONE Jr., Edgar B. **Informática aplicada às áreas de contabilidade, administração e economia**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

CRUZ, Tadeu. **Sistemas de Informações Gerenciais: tecnologias da informação e a empresa do século XXI**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LAUDON, Kenneth C. LAUDON, Jane Price. **Sistemas de Informação**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

NARDON F., Arthur. **Da escrituração manual ao Sped**. Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2010.

OLIVEIRA, Edson .**Contabilidade Informatizada: teoria e prática**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

PACHECO, Vicente. **Mensuração e Divulgação do Capital Intelectual nas Demonstrações Contábeis**.1. ed. Curitiba: Conselho Regional de Contabilidade do Paraná, 2005.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Sistemas de Informações Contábeis: fundamentos e análise**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

POLLONI, Enrico Giulio Franco. **Sistemas de Informação**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2000.

PERES, Adriana Manni; MARIANO, Paulo. **Emissão e escrituração de documentos fiscais**. 6. Ed. São Paulo: IOB, 2011.

REZENDE, Denis Alcides. ABREU, Aline França de. **Tecnologia da informação aplicada a sistemas de informação empresariais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de sistemas de informação e informática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: **Métodos e Técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTA CATARINA. **Portaria SEF Nº 153/2012**, de 14 de maio de 2012. Aprova o Manual de Orientação e as especificações do arquivo eletrônico para a entrega da Declaração de Informações do ICMS e Movimento Econômico (DIME) e do Demonstrativo de Créditos Informados Previamente (DCIP). Disponível em: <http://legislacao.sef.sc.gov.br/html/portarias/2012/port_12_153.htm>. Acessado em 11 de fevereiro de 2015.

7 APÊNDICE

MODELO DO ROTEIRO DA ENTREVISTA

Tema: Entrega das Obrigações Acessórias Estaduais em um Sistema Fiscal Integrado ao ERP.

- 1- Quais as obrigações acessórias do estado de Santa Catarina a empresa é obrigada a entregar?
- 2- Comente sobre os principais problemas encontrados na entrega dessas obrigações acessórias antes da implantação do sistema fiscal integrado ao ERP.
- 3- Houve aumento ou diminuição destes problemas após a implantação do sistema fiscal integrado ao ERP?
- 4- Após a implantação do sistema fiscal integrado ao ERP, houve impacto no tempo gasto na elaboração destas declarações?
- 5- Houve mudança na estrutura da equipe após a implantação deste sistema fiscal?
- 6- Houve mudança de processo após a implantação deste sistema fiscal?
- 7- Comente a respeito do retorno do investimento feito neste sistema fiscal.